

Tem-se mantido retraído o Senador José Sarney, presidente do PDS. Mas essa retração explica-se pela constatação de que, sob a interinidade de Governo, por mais que se esforce o Vice-Presidente em dar à sua função a plenitude, as questões fundamentais sofrem inevitável adiamento.

O Senador Sarney não acredita que a unidade do Partido esteja comprometida pela votação do Decreto-Lei 2045. Considera grave a perspectiva de não aprovação do projeto, grave mas remota, pois o PDS está entendendo que a moratória não é alternativa, na medida em que provocará a insolvência do país, com racionamento de combustíveis, o comércio internacional a ser feito na base da troca etc. O México preparou-se para a moratória, não só por ter petróleo como por ter feito reservas para manter seu comércio em termos normais. O Brasil, ao contrário, raspou o fundo do tacho para pagar dívidas e se apelar agora para a moratória criará uma sombria expectativa econômica.

O Senador afasta a hipótese da decretação do estado de emergência como meio da adoção do decreto-lei independentemente do Congresso. Não só a emergência teria de ser submetida ao Congresso em 60 dias como não dá atribuições ao Presidente a não ser no âmbito do combate à subversão.

Para o presidente do PDS a única coisa que pode afetar a unidade do Partido é a sucessão presidencial. Para ela o Partido deve preparar-se e ele, como presidente, deve estar mobilizado para quando o Presidente da República, coordenador do problema, necessitar do apoio dos seus correligionários. Essa, a tarefa.